

Política

Dificuldades no rumo da abertura

Sintoma importante da extensão das dificuldades econômico-financeiras que vive o país nos dias de hoje aparece na decisão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP, que decidiu solicitar às empresas paulistas interromper por trinta dias as demissões de trabalhadores. Estatísticas produzidas pelo governo do estado demonstram que houve uma redução de 475 mil empregos entre janeiro e maio deste ano.

A redução da oferta de empregos tem uma consequência direta na atividade econômica, além de constituir-se em problema social grave. O desempregado, que se consome em aflições pessoais representado pela falta de meios de sobreviver, deixa de consumir e passa a constituir peso morto na atividade industrial do país. Nesta altura, a recessão começa a incomodar os empresários que estão assistindo todas as linhas de comercialização entrar em baixa.

O momento de dificuldades vem se revelando em toda sua extensão através de convulsões na Bahia, de problemas de posseiros, crise com a Igreja e os embaraços econômicos visíveis no país. De resto, a recessão, tantas vezes ameaçada, chegou e instalou-se na sociedade. Há várias explicações para o fenômeno, entre eles a necessidade de realizar o grosso dos pagamentos da dívida externa nos próximos três anos. Explicações variam de tom conforme a interpretação do analista, mas o fato recessivo é um só e gera problemas políticos.

Pessoas bem situadas na política brasileira observam que nada ajuda o governo, neste momento, a implantar a política de redemocratização do país. O panorama interno é confuso e difícil, enquanto a situação internacional mostra um governo Reagan adotando postura cada vez mais à direita, não temendo sequer o isolacionismo consequente de seu apoio a estado belicistas e racistas como a África do Sul. O Brasil, que já foi chamado de ilha de tranquilidade, encontra-se agora no meio deste mar revolto.

A conjugação de duas situações desfavoráveis, interna e externa, provoca a reprodução dentro do país de algo que o mundo vê acontecer nestes dias. O governo de Washington tem criado uma série de embaraços estratégicos à União Soviética na busca de um pretexto para utilizar sua enorme capacidade militar. Ao que parece os EUA mostram seu jogo, abrem as cartas sobre a mesa e dimensionam a capacidade soviética de retaliar.

No período Carter, a União Soviética invadiu o Afeganistão e expandiu sua presença em diversos pontos do mundo, sobretudo nos jovens países africanos. Na era Reagan o fenômeno é inverso. Os Estados Unidos avalisaram os raids de Israel contra os países vizinhos, inclusive o bombardeio da central nuclear no Iraque, impediram sanções contra a África do Sul, provocaram o incidente no golfo de Sidra e mostram uma efetiva presença na guerrilha em El Salvador. Acabou-se a fase defensiva norte-americana no mundo. Agora é a União Soviética que está no aguardo do próximo lance deste xadrez mundial. Veja-se que o problema da Polônia permanece em compasso de espera.

O novo vento dominante chegou à antiga ilha da prosperidade. Aqui também o governo federal deixou sua posição negociadora para tentar dimensionar a força e a capacidade de ação da oposição que não está representada no Congresso Nacional. A reação do Major Curió e a entrevista do Senador Jarbas Passarinho constituem dois importantes documentos nesta marcha batida em direção a um tipo de confronto com os setores chamados progressistas da Igreja no Brasil. Na mesma linha, está a modificação do discurso oficial em relação aos acontecimentos na Bahia. Já agora eles são produto de ação subversiva organizada, segundo porta-vozes do governo.

Esta soma de circunstâncias não impede, mas também não ajuda o projeto político, no dizer do porta-voz Carlos Átila. Nesta frase simples, o secretário de imprensa evidencia que a abertura não está em jogo como decorrência dos evidentes embaraços internos e externos em que o país está mergulhado. A questão parece estar evoluindo para outro nível de complexidade. Não há por que questionar as palavras do presidente da República, adotadas na Integra por seus assessores. O que está em questão, é a democracia que os brasileiros estamos construindo.

Neste país em que os próprios empresários fazem solicitações a seus colegas para sustar as demissões com objetivo de não agravar ainda mais um cenário confuso e, sobretudo, sério, começa a surgir um interesse natural pela negociação. Esta solicitação da FIESP caracteriza uma concessão inicial no sentido de quem deseja estabelecer o diálogo em bases sólidas, como aliás reconheceu Hugo Perez, presidente da Federação dos Trabalhadores em Indústrias Urbanas. As circunstâncias que cercam o projeto político do presidente da República são desfavoráveis — e sempre haverá quem prefira a ditadura.

André Gustavo Stumpf